



SARNEY INQUIETO

Ele acha que querem desestabilizar seu governo e não pára de pressionar para que definam seu mandato e o regime de governo. Até já irritou Ulysses.

O presidente Sarney acha que o sistema parlamentarista misto, onde o Parlamento não seria passível de dissolução, pode constituir a melhor opção para o Brasil, segundo revelou ontem um de seus auxiliares mais próximos. Parlamentarista por convicção, o presidente Sarney, de acordo com esse assessor, gosta do sistema inglês, mas reconhece que na realidade o sistema puro, que pressupõe a dissolução, não seria possível no Brasil.

Já existem estudos de juristas, com os quais o presidente Sarney concorda, prevendo um sistema misto para o Brasil, onde o presidente da República fica com poderes para nomear alguns ministros, como os chefes do Gabinete Civil e Militar e o procurador-geral da República. O Parlamento, por sua vez, detém a prerrogativa de, através de "moção de desconfiança", mudar ministros. A nomeação do primeiro-ministro, segundo estes mesmos estudos, fica com o chefe de Estado, enquanto o Parlamento tem a oportunidade de rejeitar dois nomes escolhidos para ocupar o cargo. O terceiro nome não pode ser rejeitado.

Os ministros, segundo os estudos em andamento, também podem tomar a iniciativa de dirigir-se ao Parlamento, independentemente de convocação, e defender posições. O presidente Sarney está interessado nos estudos desenvolvidos por diversos juristas e sua opinião final sobre o parlamentarismo para o Brasil vai depender da conclusão dos mais diversos debates e de contatos com a classe política.

De acordo com esse assessor presidencial, a duração do mandato de Sarney não pode ser desvinculada da definição do futuro regime de governo e da futura ordem econômica e social do País. Nos últimos dias, em conversas informais com constituintes de diversos partidos, Sarney tem manifestado sua grande apreensão com o quadro sócio-econômico e com a renegociação da dívida externa, especialmente com possíveis movimentos internos e externos que, segundo ele, teriam o objetivo de desestabilizar seu governo.

Um dos interlocutores do presidente acha que se as forças de direita e da extrema esquerda, "com o respaldo de alguns órgãos de comunicação", tiverem êxito na escalada anti-Sarney, não haverá no Brasil um governo democrático, ou de cunho socialista: "Teríamos um regime à la Pinochet".

Sarney tem estranhado as posições de setores importantes da sociedade que, além de não manifestarem apoio, ou pelo menos compreensão à sua decisão da moratória, insistem em duras críticas a tudo que está fazendo ou pretende fazer.

Ulysses: incomodado.

Dentro do mesmo quadro de

apreensões, tem sido notada, na Constituinte, a atuação do líder do governo Carlos Sant'Anna e do líder informal Prisco Viana (PMDB-BA), cada vez mais preocupados em avaliar, em diferentes bancadas, o peso do apoio político-parlamentar ao presidente Sarney. Essa atuação dos dois parlamentares tem causado problemas no PMDB.

Nos últimos dias, em conversas em seu gabinete e em sua residência oficial, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, tem dito, com insistência, que Sarney não deveria ficar solicitando a diferentes líderes a definição, a curto prazo, do seu tempo de governo. "A fixação do mandato presidencial não é problema pessoal. É problema estrutural", disse ontem Ulysses, lembrando que "a prioridade" é colocar em funcionamento as comissões e subcomissões da Constituinte. Estes órgãos deverão, também, conforme Ulysses, estabelecer — para posterior decisão do plenário — se o regime será presidencialista ou parlamentarista. "O tempo não perdoa o que se faz sem ele" — costuma dizer o presidente do PMDB e da Câmara.

Mas se o deputado Ulysses Guimarães pretende abrir o debate mais tarde, alguns parlamentares começam a dar sinal de inquietação semelhante à do presidente Sarney. "A minha convicção é de que teremos eleições diretas para presidente da República em 1988", disse ontem, da tribuna da Constituinte, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), enquanto do lado de fora do plenário outro deputado, Konder Reis (PDS-SC) — na mesma linha do líder do seu partido, Amaral Neto, e da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) — defendia a necessidade de realização de eleições gerais, de vereador a presidente da República, 120 dias após a promulgação da nova Constituição.

Para Maurílio Ferreira Lima, a antecipação da eleição presidencial — o que importaria em reduzir para três anos o mandato de Sarney — "é inevitável, diante do quadro de descrédito institucional que reina no País". Defendendo inclusive a realização de eleições simultâneas para a Câmara e o Senado, o deputado justificou: "Este foi um mandato conquistado na esteira do Plano Cruzado I, que envelheceu com o Plano Cruzado II e que ameaça morrer com a promulgação da nova Carta".

Defesa similar faz o senador Rui Bacelar (PMDB-BA) — autor do projeto que convoca eleições para 120 dias após o término dos trabalhos da Constituinte — ao afirmar que a eventual aceitação da redução do mandato para cinco anos, pelo presidente Sarney, significa uma tentativa de apaziguar o interesse dos constituintes pela redução do mandato.